

Setembro / 2019

INTERNACIONAL

EUROPA

Destaque para a reunião do banco central europeu (BCE, na sigla em inglês), que tomou importante decisão monetária para estimular a economia da região em meio à divulgação de indicadores que sugerem contração do setor manufatureiro, em especial a indústria alemã, além das incertezas com o conflito comercial entre EUA e China. O BCE anunciou um corte na taxa de depósitos de -0,4% para -0,5%, além de reativar o programa de compra de ativos que havia encerrado em dezembro passado.

Conforme pesquisa divulgada pela IHS Markit, a leitura preliminar do índice de gerente de compras (PMI, na sigla em inglês) composto, que abrange os setores industrial e de serviços, caiu para 50,4 em setembro, ante 51,9 em agosto, atingindo o menor nível desde junho de 2013. As expectativas eram de estabilidade no número. Apesar da queda, leituras acima de 50 mostram que a atividade do bloco continua em expansão. Já o PMI industrial indica contração mais acentuada da manufatura, ao diminuir para 45,6 em setembro ante 47 em agosto.

Outro dado importante que mede a confiança dos empresários da região, recém-divulgado, dá sinais de que a desaceleração na região do Euro degradou. O índice que mede o clima econômico no bloco de 19 países caiu em setembro para o nível mais baixo em quase cinco anos, para 101,7 pontos, ante 103,1 pontos em agosto.

Do lado da inflação, a agência de notícias Eurostat informou que o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) subiu 0,9% na comparação anual de setembro, uma desaceleração em relação ao acréscimo de 1,0% verificado em agosto e de 1,1% em julho, e abaixo das expectativas dos especialistas. O índice é o mais baixo desde novembro de 2016, e afasta a inflação da região ainda mais da meta do BCE de 2% ao ano.

Quanto ao mercado de trabalho, conforme a agência Eurostat, a taxa de desemprego na zona do euro recuou em agosto a 7,4%, o menor nível desde maio de 2008, registrando em 12,1 milhões o número de pessoas sem trabalho.

EUA

Destaque para a reunião do comitê de política monetária do banco central norte-americano (FOMC, na sigla em inglês). Em decisão dividida, o FOMC decidiu reduzir o juro básico da economia em 0,25 pontos percentuais para a faixa de 1,75% a 2,00%, mas não deu indicações claras sobre possíveis novos cortes este ano, uma vez que dirigentes da instituição mostraram divergências sobre o que fazer no futuro. Após a reunião, o presidente do Federal Reserve (FED, na sigla em inglês), Jerome Powell, disse em discurso que, caso a expansão econômica nos EUA mostre arrefecimento, a autoridade monetária agirá apropriadamente cortando ainda mais o juro.

Conforme divulgado pelo Departamento do Comércio, o PIB norte-americano do segundo trimestre apresentou crescimento de 2% anualizado. Apesar de o número vir alinhado às projeções e estimativas anteriores, mostrou desaceleração frente ao ritmo de crescimento do primeiro trimestre, quando a economia avançou 3,1% anualizado. Consumo e gastos do governo compensaram a fraqueza do investimento privado no índice.

Quanto à inflação americana, os dados mais recentes reportam números próximos a meta definida pelo FED, de 2,00% ao ano. O índice de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) avançou a taxa anualizada de 2,4% no segundo trimestre, acima dos 2,3% medidos no primeiro trimestre.

Conforme informou o Departamento de Trabalho, em setembro foram criados 136 mil postos de trabalho não agrícolas, abaixo da previsão de 150 mil, enquanto a taxa de desemprego caiu para 3,5%, a menor taxa em 50 anos.

ÁSIA

O índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) oficial da indústria chinesa subiu de 49,5 em agosto para 49,8 em setembro, superando previsão de analistas de avanço para 49,6. Já o PMI industrial chinês medido pela IHS Markit/Caixin aumentou de 50,4 para 51,4 no mesmo período, acima das expectativas de 50,2 dos analistas.

O comitê de política monetária do Banco do Japão (BoJ, na sigla em inglês) decidiu manter sua política monetária inalterada, com a taxa de depósitos interbancários estabilizada em -0,1%, além de reiterar por meio de seu presidente, Haruhiko Kuroda, que a instituição não hesitará em tomar novas medidas de estímulo a economia da região. O PIB local do segundo trimestre cresceu 0,3% na comparação com o trimestre de janeiro a março, abaixo da leitura preliminar que indicava ganho de 0,4%.

Também no Japão, foi divulgado que a inflação ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) aumentou 0,5% em agosto em relação ao ano anterior, em linha com a mediana das previsões do mercado. A medida desacelerou a alta depois de subir 0,6% em julho. O núcleo da inflação ao consumidor subiu no ritmo mais lento em dois anos, devido aos custos mais baixos do petróleo e ao fraco crescimento econômico.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 1,50% ao ano no final de agosto, subiram cerca de 17 pontos base no mês de setembro para o nível em torno de 1,67% ao ano, registrando o maior aumento mensal em 12 meses, enquanto o rendimento dos títulos do Tesouro de 30 anos subiu para 2,12% ao ano, um aumento de 0,8 pontos base em relação ao fechamento de agosto, enquanto o rendimento dos títulos do governo japonês em 30 anos passou para 0,365% ao ano, um aumento de 4,4 pontos base.

Já as bolsas internacionais recuperaram-se das perdas observadas no mês anterior. Enquanto a bolsa alemã (Dax) subiu 4,09%, a inglesa (FTSE 100) avançou 2,79%, a do Japão (Nikkei 225) registrou alta de 5,07% e a americana (S&P 500) valorizou 1,72%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent registrou uma alta de 0,58% no mês, a US\$ 60,78 o barril, enquanto o WTI recuou -1,33%, cotado aos US\$ 54,07.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Após três meses de quedas seguidas, a produção industrial brasileira cresceu 0,8% em agosto na comparação com julho. Conforme divulgou o IBGE, a recuperação foi puxada pela indústria extrativa (minério de ferro, petróleo e gás), que cresceu 6,6% no mês.

Já o setor de serviços ganhou novo impulso em setembro, segundo dados do Markit Economics. O índice de atividade de negócios do setor cresceu de 51,4 em agosto para 51,8 em setembro. Apesar da expansão moderada, a leitura ficou acima da média de longo prazo para a pesquisa.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 11,8% no trimestre encerrado em julho, ficou estável em agosto atingindo a mesma marca. Conforme o IBGE. A população ocupada no país somou 93,7 milhões de pessoas em agosto, sendo que 41,4% se encontram na informalidade.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado (Governo Central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) registrou um déficit de R\$ 13,448 bilhões em agosto. No acumulado de janeiro a agosto, o déficit do setor público consolidado foi a R\$ 21,950 bilhões, queda de 36,7% sobre um ano antes. Em 12 meses, o rombo chegou a R\$ 95,508 bilhões, equivalente a 1,36% do PIB.

A dívida bruta geral do setor público, que contabiliza os passivos dos governos federal, estaduais, municipais e do INSS, subiu em agosto 0,8 ponto percentual, passando de R\$ 5,618 trilhões, o equivalente a 79% do PIB.

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter registrado alta de 0,11% em agosto, recuou -0,04% em setembro, influenciado principalmente pela queda no grupo “alimentação e bebidas” e pela fraqueza da economia, que dificulta o reajuste de preços em meio a uma demanda fraca. A variação acumulada no ano ficou em 2,49% e, nos últimos 12 meses em 2,89%, bem abaixo do centro da meta do Banco Central, que é de 4,25%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a variação da cesta de consumo de famílias com renda até cinco salários mínimos, registrou deflação de -0,05% em setembro, após subir 0,12% em agosto. O índice acumulou uma elevação de 2,63% no ano de 2019, além de avanço de 2,92% em 12 meses.

JUROS

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), por unanimidade, decidiu pela redução da taxa básica de juros da economia de 6,00% para 5,50% ao ano. O percentual, que já era esperado pelo mercado financeiro, é o menor desde o início do regime de metas de inflação, em 1999. É também o menor da série histórica do Banco Central, que começou em 1986. No comunicado pós-reunião, o COPOM deixou a porta aberta para nova redução ainda este ano, porém ressaltou que eventual frustração com as reformas em andamento podem comprometer os esforços para consolidação do cenário benigno para a inflação futura.

Em relação à inflação, o Copom voltou a destacar que os próximos passos da política monetária continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação, além de destacar que o processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira tem avançado.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

O dólar comercial encerrou o mês de setembro cotado a R\$ 4,155 na venda, com uma valorização de 0,32% no mês.

Em agosto, as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 4,274 bilhões em termos nominais, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 30,277 bilhões. Conforme o BACEN, o desempenho é fruto de uma balança comercial mais fraca e do aumento das remessas líquidas de lucros e dividendos para fora do país.

Conforme o Ministério da Economia, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 2,246 bilhões em setembro, pior saldo para o mês desde 2014. Fortemente afetado pelo recuo nas exportações, o dado veio abaixo da expectativa de um saldo positivo de US\$ 3,2 bilhões. No acumulado dos nove primeiros meses do ano, a balança comercial ficou positiva em US\$ 33,79 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de setembro acabou sendo o do IDkA IPCA 20 A, com alta de 4,78%, seguido do IMA-B 5+, com alta de 3,73%, ambos recuperando com sobras o baixo retorno de agosto. Nos vértices mais curtos, o IRF-M 1 valorizou 0,64% enquanto o IDkA IPCA 2A rendeu 1,60%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, o mês de setembro refletiu igualmente os movimentos das bolsas internacionais, de recuperação aos ativos de riscos. A alta foi de 3,57%, acumulando no ano um avanço de 19,18% e em doze meses de 33,22%. O índice terminou o mês em 104.745 pontos.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

O mês de outubro deverá ter como maior “drive” o resultado do encontro entre EUA e China para negociar acordo comercial que termine com a guerra tarifária imposta pelas duas maiores potências econômicas do planeta. Caso as chances de um acordo pacífico se concretizem, espera-se por nova rodada de valorização dos ativos de riscos.

Os bancos centrais das principais economias vêm reduzindo o juro e renovando seus pacotes de estímulos que incluem recompra de ativos, em alguns casos. Esse movimento busca reativar as economias que vem sofrendo com o baixo consumo e pessimismo das indústrias globais como resultado da guerra tarifária.

MERCADO NACIONAL

Por aqui, permanece o ambiente de baixo crescimento econômico conforme os indicadores de desempenho vão sendo conhecidos, reflexo da deterioração do nível de investimentos, da situação fiscal do governo e da abalada confiança de consumidores e empresários na economia.

Os olhos dos investidores se voltam para Brasília, onde o Senado deve votar em segundo turno a reforma da previdência, com previsão para o dia 22. O plenário do Senado concluiu a votação em primeiro turno das mudanças nas regras previdenciárias no último dia 2, com a análise dos destaques com sugestões de alterações ao texto-base. Na véspera, os senadores aprovaram o texto-base por 56 votos a favor, 19 contra e nenhuma abstenção. Eram necessários 49 votos, equivalentes a três quintos mais um dos senadores, para aprovar a proposta.

Em relação às aplicações dos RPPS aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção por conta das posições assumidas pelo gestor.

Para os vértices de longo prazo (especificamente o IMA-B Total) passamos agora a recomendar uma exposição de 10% (vide Nossa Visão de 01/07).

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) reduzimos a recomendação para uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDBs a alocação agora sugerida é de 10%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo).

Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora do ambiente econômico neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais superam a meta atuarial.

Para a alocação em fundos multimercado a nossa sugestão é de 10% dos recursos e de 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado enquadrados para os RPPS. Para o investimento em ações, a nossa recomendação é de 15% dos recursos, tendo-se em vista o potencial de crescimento das empresas neste e nos próximos anos, como já dissemos, em uma conjuntura de baixa inflação e taxas de juros nas mínimas históricas. Muito embora ainda esteja no campo das expectativas, a implementação das reformas estruturais demandadas pelo mercado em muito também poderão influenciar o comportamento positivo das ações, no futuro.

Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture) *	10%
Gestão do Duration	25%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2)	25%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	10%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	15%
Multimercados	10%
Fundos de Participações**	2,5%
Fundos Imobiliários **	2,5%
<u>Investimento no Exterior</u>	0%

* Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo.

** Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição de 15% aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.